

RESENHA: TOWARD DEFINING LITERACY , de Richard L.

Vanesky, Daniel A. Wagner e Barrie S. Cilibert (org).

Newark (DE): International Association, 1990, p.XIV-74.

Geraldina Porto WITTER (*)

Embora a alfabetização venha crescendo como área de conhecimento partilhada por cientistas de vários ramos do saber, ainda se está diante de um assunto insuficientemente conhecido e carecendo de muitas pesquisas. Nestas circunstâncias, não é de estranhar, diante de tanta complexidade e de insuficiente conhecimento sustentado em pesquisas cientificamente aceitáveis e generalizáveis, que o próprio conceito de alfabetização não seja uniformemente aceito pelos que trabalham na área. Assim, não há um mas muitos conceitos sobre alfabetização.

O livro aqui resenhado é uma coletânea de textos organizados por Vanesky, Wagner e Cilibert, de muita utilidade para qualquer pessoa envolvida com a alfabetização quer como cientista, quer como docente, quer como administrador. O livro pode contribuir muito para um esforço de busca de unificação, para uma revisão da matéria, para a colocação de vários problemas conceituais e metodológicos. É texto que não pode faltar na relação das referências de quem quer que escreva sobre a matéria. Assim sendo, considerando que no Brasil nem todos têm fácil acesso a textos como este, seria útil contar com uma tradução do mesmo, tornando a matéria mais acessível aos professores e aos alunos de cursos de graduação em que o tema possa ser enfocado (Educação Psicologia, Linguística, Fonoaudiologia, Comunicação).

A apresentação é escrita por Sheldon Hackney que, de forma sucinta, lembra a atualidade do tema por suas implicações educacionais, políticas e sociais, bem como pelas associações com a pobreza feitas no que tange ao analfabetismo.

(*) Livre-Docente em Psicologia Escolar, orientadora nos cursos de Pós-Graduação de Psicologia Escolar do IPUSP e de Linguística da FFLCH-USP; titular dos Departamentos de Pós-Graduação em Psicologia e em Biblioteconomia da PUCCAMP.

No breve prefácio assinado pelos organizadores, o leitor é informado da origem dos textos, inicialmente apresentados em um simpósio na University of Pensylvania (1987). Comentam não ter a pretensão de que, com estes textos, se feche o debate e a discussão sobre a matéria. Apenas tentaram apontar as questões mais básicas e as alternativas para a conceituação de alfabetização. Lembram, na introdução, que as fronteiras da alfabetização em termos de vida social vêm sendo estudadas há séculos e, em cada país, o cuidado com este assunto é objeto de preocupação antiga, tecendo um rápido evoluir da questão nos EUA.

A obra está organizada em cinco partes, sendo as quatro primeiras sempre compostas por dois capítulos e a última por apenas uma unidade.

A primeira parte compreende um capítulo assinado por Kenezky e outro por Macías e exploram a definição de alfabetização. Kenezky mostra a dificuldade de definição em decorrência das limitações dos estudos empíricos e do que vem ocorrendo na prática. Discute as dificuldades subjacentes a várias proposições e aponta para a necessidade de pesquisas que permitam um conhecimento mais preciso dos aspectos psicológicos envolvidos, do contexto social, dos níveis de desempenho mínimo, das características de cada cultura e das exigências que faz em relação aos seus membros para que sejam alfabetizados.

Macías tenta complementar o discurso anterior lembrando que, ainda que se respeite a língua ou a linguagem de origem do alfabetizando, não é possível esquecer a língua do país onde ele vive, a língua oficial em que deve se alfabetizar. É preciso usar os princípios de transferência de aprendizagem para aproveitar este saber já disponível no aprendiz. Lembra também que a alfabetização de adultos, por suas peculiaridades, deve merecer atenção na conceituação em tela.

A segunda parte trata dos objetivos da alfabetização, aspecto que certamente complementa qualquer definição. Mikulecky é o autor do primeiro capítulo, destacando que a pesquisa sobre os propósitos da alfabetização demonstraram que se está diante de um processo que varia amplamente, refletindo o pluralismo dos contextos sociais em que a leitura é usada; a transferência das capacidades de leitura é severamente limitada pelas diferenças de formato, estrutura de apoio social e exigências ambientais de informação. Além disso, como a alfabetização está intrinsecamente associada a contextos sociais, as decisões sobre a mesma acabam sendo sociais e políticas.

Dando continuidade aos propósitos, o texto de Fingeret comenta o Capítulo anterior e aponta aspectos subjacentes e ampliadores dos tópicos já mencionados. Escreve que, inicialmente, "precisamos acrescentar uma outra dimensão à atenção corrente quanto aprender a como aprender; precisamos aprender a ser professores que confrontam nossas aprendizagens com a dos outros. Aprender e ensinar, incluindo desenvolvimento da alfabetização, são atividades sociais que ocorrem naturalmente em muitos ambientes" (pp.37-38). No seu entender, os propósitos da alfabetização precisam ser vistos nos níveis funcional para um indivíduo e para um grupo específico. Enfatiza o cuidado referido por Mikulecky para se evitar o paternalismo e a discriminação de grupos minoritários e desprivilegiados.

A parte seguinte trata da complexa questão da mensuração, tendo Kirsch, no Capítulo 5, explorado esta questão em termos da alfabetização de adultos. Aponta as dificuldades e limitações dos testes padronizados (inexistentes no Brasil), recolocando as soluções de avaliação por critérios de competência e os procedimentos alternativos que vêm surgindo nos últimos 20 anos. Conclui, acertadamente, que mais importante do que saber o número de analfabetos é saber os tipos e níveis de domínio de leitura entre os alfabetizados do país (isto com relação à realidade dos EUA).

Tentando responder aos problemas levantados no Capítulo base, Sticht começa por discutir o porquê de medir a alfabetização do adulto e como medi-la a partir de um padrão aceitável face às necessidades sociais dos EUA, propondo como nível para considerar a pessoa competente em termos de alfabetização o que corresponderia à 12ª série, ou seja, o equivalente ao nível dos testes exigidos pelas Forças Armadas.

Chall trata (Cap. 7) das muitas implicações políticas que uma definição de alfabetização pode ter, lembrando que a melhor política não pode apolar-se em uma concepção de curva normal, aliás, posição de há muito defendida pelos behavioristas. Concorda que o domínio ao nível de competência exigido no 12º grau deve ser o critério básico. Revê os próprios níveis que propos em estudos anteriores e que simplifica em: abaixo da alfabetização funcional, alfabetização funcional e leitura avançada. Aponta lacunas no atendimento às necessidades de alfabetização para todos, especialmente para os pobres, as minorias, os bilíngües, os que têm problemas de aprendizagem. Destaca vários problemas para uma política social e educacional, lembrando a necessidade de viabilizar para um percentual cada vez maior (pelo menos 75%) da população a possibilidade de leitura em nível avançado. Kaestle, enfati-

zando os pontos levantados, aponta a necessidade de serem tomadas medidas urgentes, pois o "futuro não cuidará de si próprio". É necessário influenciar os políticos, pois eles não têm o hábito de pensar o futuro a longo prazo.

A última parte é composta por um capítulo escrito por Vanesky e que é um resumo dos pontos principais, discutidos na obra.

É um texto que merece ser lido por todos e a concordância e/ou a discordância neste ou naquele ponto, é o que se espera de um leitor crítico e criativo. Os autores estão cientes disto e nós, do terceiro mundo, muito poderemos enriquecer o seu conteúdo informativo, contextualizando a temática na realidade em que vivemos.

(Recebido para publicação em 18.06.90 e liberado em 27.08.90)